

Libras para a comunidade acadêmica: um relato da experiência formativa na Universidade Federal de Campina Grande

Libras for the academic community: a report on the training experience at the Federal University of Campina Grande

Libras para la comunidad académica: un informe sobre la experiencia de formación en la Universidad Federal de Campina Grande

Geonara Souza Oliveira¹



<https://orcid.org/0009-0009-9392-5902>

Adriana Moreira de Souza Corrêa²



<https://orcid.org/0000-0002-2060-4739>

Aparecida Carneiro Pires³



<https://orcid.org/0000-0001-6219-585X>

Resumo: Este artigo apresenta um relato de experiência de um curso de extensão em Libras oferecido no primeiro semestre de 2024, pela Universidade Federal de Campina Grande. Objetivou discutir o percurso formativo sobre o surdo e a Libras para subsidiar as práticas de professores e servidores da referida universidade. A metodologia contemplou uma pesquisa bibliográfica de caráter de revisão narrativa da literatura, seguida de dados documentais oriundos dos registros da professora, editais e instrumentos didáticos utilizados por ela durante a realização do curso, como a avaliação e os registros do professor. Os dados foram analisados em uma abordagem qualitativa, pautada na interpretação dos fenômenos sem quantificá-los. Sendo assim, o curso propiciou o envolvimento dos participantes nas atividades propostas, a conclusão dos discentes com uma bagagem significativa sobre a Língua de sinais e a pessoa surda.

Palavras-chave: Inclusão. Formação continuada. Língua Brasileira de Sinais.

¹ Mestra em ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Especialista em Educação Especial pela Universidade Federal do Ceará; Graduada em Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará; Professora de Libras da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: adriana.moreira@professor.ufcg.edu.br

² Especialista em Libras, Graduada em Letras Libras pela Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA, tradutora intérprete de libras. E-mail: geonaraoliveira26@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Mestra em Educação Universidade Federal de Uberlândia, Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: aparecida.carneiro@professor.ufcg.edu.br

Abstract: This article presents an experience report of an extension course in Libras offered in the first semester of 2024 by the Federal University of Campina Grande. The aim was to discuss the training course on the deaf and Libras to support the practices of teachers and civil servants at the university. The methodology included a bibliographical survey of a narrative review of the literature, followed by documentary data from the teacher's records, notices and didactic instruments used by her during the course, such as the teacher's evaluation and records. The data was analyzed using a qualitative approach, based on interpreting phenomena without quantifying them. As such, the course enabled the participants to get involved in the proposed activities, and the students ended up with significant knowledge about sign language and deaf people.

Keywords: Inclusion. Continuing education. Brazilian Sign Language.

Resumen: Este artículo presenta un relato de experiencia de un curso de extensión sobre Libras ofrecido en el primer semestre de 2024 por la Universidad Federal de Campina Grande. El objetivo fue discutir el curso de capacitación para personas sordas y Libras para apoyar las prácticas de docentes y empleados universitarios. La metodología incluyó una revisión narrativa de la literatura, seguida de datos documentales de registros docentes, avisos e instrumentos didácticos utilizados por el docente durante el curso, como evaluación y registros docentes. Los datos fueron analizados mediante un enfoque cualitativo, basado en la interpretación de los fenómenos sin cuantificarlos. Así, el curso permitió la implicación de los participantes en las actividades propuestas, y la conclusión de estudiantes con conocimientos significativos sobre la lengua de signos y las personas sordas.

Palabras-clave: Inclusión. Educación Continua. Lengua de signos brasileña.

Introdução

A universidade pública é um espaço plural que deve formar os cidadãos para o exercício da democracia, da ética e do acolhimento de todas as pessoas, tanto nas atividades realizadas na instituição quanto nas práticas sociais de uso da leitura e da escrita – os letramentos. Desta forma, a instituição de ensino deve ser comprometida com a reflexão e construção de conhecimentos que favoreçam a vivência da inclusão e do acolhimento da diversidade humana, à medida que reconhece e atende às necessidades específicas de pessoas que precisam de adaptações promovidas pela universidade.

Estes princípios que garantem a igualdade de oportunidades através de profissionais, métodos, recursos e serviços estão previstos nas legislações brasileiras, a exemplo da Constituição Federal (Brasil, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996), e outros documentos que trazem informações sobre grupos específicos, a exemplo dos surdos, que serão a temática da formação discutida neste relato.

Deste modo, é preciso que a universidade ofereça formação continuada a fim de que os seus professores e servidores compreendam as singularidades deste grupo bilíngue, que se utiliza da língua de sinais como principal meio de comunicação e tem, na língua portuguesa na modalidade escrita, a sua segunda língua.

Assim, estas e outras informações precisam ser de conhecimento da comunidade acadêmica para proporcionar experiências de interação positivas com os surdos, que respeitem as suas principais

características que são, a relação visual com o mundo, denominada por Perlin e Miranda (2003) como experiência visual, a sua identidade enquanto partícipe da cultura surda e usuário da Língua Brasileira de Sinais (Libras) (Brasil, 2002).

Os conhecimentos citados, podem ser desenvolvidos através de diferentes ações, a exemplo de atividades culturais, palestras, cursos entre outros. Contudo, neste artigo serão discutidas as práticas realizadas em um curso realizado de maneira remota em 2024. Diante do exposto, o objetivo é discutir o delineamento do percurso formativo para ampliação do conhecimento sobre o surdo e a Libras, a fim de subsidiar as práticas de professores e servidores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) no reconhecimento e atendimento das necessidades do público surdo.

Neste processo, enfatiza-se que os professores e servidores da UFCG devem reconhecer os surdos, implica em construir conhecimentos que os permitam entender como eles percebem o mundo, a sua língua e cultura, isto é, visa tornar conhecidas as possibilidades de interação e participação social destes indivíduos. Entre as ações que precisam ser de conhecimento de professores e servidores e que promovem a acessibilidade estão os materiais traduzidos para a Libras, a mediação linguística do Tradutor Intérprete da Língua de Sinais/Português (TILSP) e a comunicação em Libras. Portanto, a ação de abordar o surdo em uma perspectiva clínica, em que se busca classificá-lo pelo grau da perda auditiva e promove a percepção antropológico-cultural, que o entende como um grupo linguístico e cultural singular (Skliar, 2001) partícipe da comunidade universitária. Neste sentido, o processo inclusivo é uma responsabilidade social e, por consequência, da instituição e dos seus agentes e, além disso, significa construir meios para promover a participação em lugar de utilizar afirmações para justificar a exclusão.

Metodologicamente, este relato de experiência foi construído seguindo o protocolo de Fortunato (2018), seguindo a classificação de Prodanov e Freitas (2013) que compreendem como uma pesquisa aplicada quanto à natureza; explicativa, no que se refere aos objetivos; qualitativa na abordagem da análise dos dados. Estes, por sua vez, são frutos de uma pesquisa bibliográfica de caráter de revisão narrativa da literatura e seguida de dados documentais oriundos dos registros da professora, editais e instrumentos didáticos utilizados por ela durante a realização do curso.

As discussões estão organizadas nas seguintes seções: a introdução em que se apresenta o objetivo, a justificativa da temática Libras e o papel da universidade pública junto à comunidade acadêmica; o diálogo com autores/as acerca do letramento inclusivo e a inclusão do surdo no ensino superior; as partes centrais do relato de experiência do curso de extensão em Libras, oferecido pela Universidade Federal de Campina Grande; a metodologia utilizada para a produção do relato, documentos como editais, instrumentos de ensino e avaliação e os registros do professor; a Formação para a adoção de práticas de letramento inclusivo na UFCG em que se delineia desde a divulgação do

curso, a sua materialização e avaliação dos cursistas. Por fim, as considerações finais, com um balanço do que foi ou não conquistado e suscitado pelo referido relato.

O letramento inclusivo e a inclusão do surdo no ensino superior

A inclusão é um paradigma educacional que perpassa diferentes documentos e ações que devem integrar as ações desenvolvidas pelas instituições educacionais. Ao chamá-la de paradigmática, nos acostamos nas ideias de Santos (2003, p. 1) ao afirmar que se trata de “[...] um conjunto de princípios que vêm progressivamente sendo defendidos em documentos oficiais nacionais e internacionais e experiências pedagógicas, como forma de alcance de relações mais igualitárias nas sociedades e como forma de combate a práticas excludentes.”. Segundo o autor, educar para a inclusão implica também em formar para o acolhimento, para o respeito à diversidade humana, à superação das barreiras e à promoção da acessibilidade.

Na Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou como Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD) (Brasil, 2015), as barreiras são fatores que limitam ou impedem que as pessoas com deficiência participem com autonomia das práticas sociais. Neste documento, são elencados seis tipos de barreiras: as urbanísticas (que ocorrem em vias e espaços públicos), as arquitetônicas (que abrangem as construções); nos transportes (sistemas de deslocamento e os veículos); na comunicação e informação (expressão e recebimento de mensagens); as atitudinais (envolvem o posicionamento das pessoas); as tecnológicas (impedem ou dificultam o uso da tecnologia) (Brasil, 2015).

Diante disso, para superar as barreiras surge a acessibilidade que é descrita no Art. 3º, inciso I da LBI como a:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (Brasil, 2015, p. 1).

Após conhecer estas noções, para promover a acessibilidade e, consequentemente, a inclusão, é necessário conhecer o público a quem se destina a ação. Neste artigo, a ação descrita busca formar ouvintes para acolher os surdos. Estes últimos, por sua vez, são descritos no Decreto nº 5.626/2005, no Art. 2º, como a pessoa que “[...] por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de **experiências visuais**, manifestando sua **cultura** principalmente pelo uso da **Língua Brasileira de Sinais - Libras**.” (Brasil, 2005, p. 1, grifos nossos). Diante do exposto, é possível destacar três conceitos que caracterizam a pessoa surda: a experiência visual, a cultura surda e a Libras.

Retomando a definição de Perlin e Miranda (2003, p. 218) apresentada na introdução deste artigo, a experiência visual é entendida pelos autores como:

[...] a utilização da visão, (em substituição total a audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura.

A afirmação dos autores destaca que esta forma de compreender o mundo – a experiência visual – baliza e constrói as relações que o surdo desenvolve com a comunidade (cultura surda) e consigo mesmo (a identidade surda) e, por meio dela, são definidas as adaptações que permitem a sua interação com autonomia e protagonismo, ou seja, a acessibilidade.

O segundo ponto, destacado no conceito apresentado no Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), é a cultura surda. Para Strobel (2008, p. 22):

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

A cultura surda, segundo a autora, é expressa em artefatos e, em sua pesquisa, são apresentados oito: 1) a experiência visual; 2) a Língua de Sinais, no caso deste escrito, a Libras; 3) a organização familiar (composição familiar formada por surdos, por ouvintes ou mista com ouvintes e surdos); 4) a vida social e esportiva compartilhadas entre os pares surdos em eventos e ligas de surdos; 5) a mobilização política em prol da reivindicação dos direitos dos surdos; 6) a literatura surda; 7) as artes visuais, sendo estes dois últimos meios que refletem os valores e história dos surdos; 8) os materiais, que envolvem as tecnologias que favorecem a participação do surdo nas atividades. Como exemplo de materiais, a referida autora cita o despertador que emite vibrações em lugar de sons, a campanha interligada com a luz, que em lugar de emitir o som, faz com que a luz acenda e apague.

A Libras é um dos artefatos da cultura surda e compreende uma língua reconhecida no Brasil em 2002, pela Lei nº 10.436/2002. Conforme esta legislação, no Parágrafo único, do Art. 1º, esta língua é “[...] a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” (Brasil, 2002, p. 1).

Assim, dizer que a Libras é uma língua visual-motora implica que as informações são recebidas pela visão e expressas pela mão e o corpo. A definição indica ainda que este sistema linguístico dispõe de uma organização gramatical inerente à sua modalidade, diferente do português. Outro ponto que

precisa ser evidenciado na lei é que a Libras é uma língua completa e complexa e, por meio dela, é possível acessar e comunicar conhecimentos do cotidiano ou filosóficos, em outras palavras, conhecimentos concretos ou abstratos.

A Lei da Libras indica também que o surdo é uma pessoa bilíngue porque precisa se comunicar na língua portuguesa na modalidade escrita (Brasil, 2002). No entanto, o português se configura a sua segunda língua, como indica o Decreto nº 5.626/2005. O último documento prevê também uma correção diferenciada da escrita do surdo em função da sua relação com esta língua ao garantir, no Art. 14, parágrafo 1º, inciso IV, que o professor do estudante surdo deve: “[...] adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;” (Brasil, 2005, p. 2). Há, neste documento, a orientação de realização de atividades avaliativas em Libras, desde que haja o registro em vídeo ou mediado por outras tecnologias.

Isso implica dizer que o surdo é usuário da Libras, mas tem no português - uma língua que a depender da complexidade de uso e o seu conhecimento sobre ela – um meio de comunicação que pode causar barreiras na compreensão mútua entre surdos e ouvintes. Para superar isso, é preciso que as pessoas que interagem com o surdo conheçam esta particularidade e entendam o papel da mediação linguística do TILSP.

O TILSP, por sua vez, é “[...] o profissional que traduz e interpreta de uma língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentem;” (Brasil, 2010). Deste modo, a sua função é a de mediador linguístico e, desta maneira, as ações a exemplo de avaliar o surdo, repreender o surdo, ensiná-lo são específicas do professor (Quadros, 2004).

Logo, é possível inferir que, na universidade, orientar a elaboração de documentos ou requerer a efetivação de ações são de responsabilidade dos gestores e funcionários e cabe ao TILSP, exclusivamente, mediar a comunicação ao verter as informações da Libras para o Português. Este entendimento deve ser compartilhado pela comunidade acadêmica para garantir a autonomia, o acolhimento e a valorização das potencialidades da pessoa surda na universidade.

Além do TILSP, que é um recurso humano cujo serviço é ofertado pela universidade para promover a acessibilidade, há também recursos materiais e procedimentos que podem favorecer a comunicação entre os surdos e os ouvintes. Entre eles, é possível citar os aplicativos de tradução Libras/Português, gratuitos ou pagos, que podem ser baixados para interações pontuais nas quais o TILSP esteja indisponível e o uso de recursos didáticos pautados na visualidade.

Estes recursos, sejam humanos ou materiais, modificam a dinâmica da comunicação, tendo em vista que é preciso reconfigurar os procedimentos realizados durante as interações entre surdos e

ouvintes para garantir o entendimento. Estas modificações vão desde a inserção do TILSP à compreensão das marcas da língua de sinais na escrita do surdo.

No que se trata do TILSP, é preciso identificar o posicionamento que favorece a visualização da sinalização; garantir iluminação que permita a visualização dos sinais; internalizar o comportamento de se dirigir ao surdo em detrimento de falar olhando para o TILSP; evitar falas sobrepostas para que o surdo possa identificar quem fala; assegurar o tempo para que o surdo realize o registro por escrito e, somente após o término, iniciar a exposição oral que deverá ser mediada pelo TILSP (Quadros, 2004). Estas e outras ações devem ser internalizadas pelos interlocutores dos surdos, sejam professores ou servidores técnico-administrativos, a fim de incluí-los nas práticas de uso da leitura e da escrita – os letramentos – vivenciados na universidade.

Os letramentos, para Soares (2014), compreendem as práticas de uso da leitura e da escrita nas sociedades letradas. Sobre isso, Kleiman (2005) complementa ao afirmar que estes textos podem ser orais, escritos e multimodais e que se modificam em função das mudanças sociais geradas pelo uso social da língua. Como exemplo de modificações, a autora se refere ao uso de meios e suportes diversos, como a *internet* e os dispositivos (smartphone, computador, tablet etc.) para acessar *sites*, plataformas, redes sociais etc.

Assim, é relevante ressaltar que se usa a língua em função das características do interlocutor, do meio e da intencionalidade da comunicação. Deste modo, quando há um surdo, a Libras e as linguagens visuais precisarão ser os elementos centrais da composição da mensagem. Logo, ao pensar nesta situação específica, é preciso retomar o entendimento de letramento inclusivo que, para Batista-Júnior (2008, p. 69 - 70), envolve “[...] as práticas nas quais os textos (gêneros discursivos) exercem influência, direta ou indiretamente, no processo de tornar a pessoa com necessidades educativas especiais incluídas na prática escolar”.

Diante do exposto, a acessibilidade na comunicação, para o surdo, perpassa a prática do letramento inclusivo visto que se trata de um grupo cultural e linguístico que precisa ser respeitado no direito de utilizar-se das línguas (Libras e Português) e das linguagens de forma diferente daquela internalizada na interação entre ouvintes. Desta maneira, reconhecer a sua condição linguística e cultural bem como promover a participação do surdo nas atividades é um dos dispositivos presentes na Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) e é essencial para a remoção de barreiras, a promoção da acessibilidade e a construção de uma universidade inclusiva.

Metodologia

Para alcançar o objetivo de discutir o percurso formativo sobre o surdo e a Libras para subsidiar as práticas de professores e servidores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com o público surdo foi realizado um relato de experiência, entendido por Fortunato (2018), como um texto científico no qual o pesquisador apresenta o contexto, as situações e conclui sobre o fato observado. Para o autor, esta é uma das formas de colocar o processo educativo em evidência, analisá-lo e construir perspectivas sobre o assunto.

Desta maneira, a pesquisa em tela é aplicada quanto à natureza, segundo Prodanov e Freitas (2013) tem como intuito realizar análises cujas conclusões têm aplicações práticas. Quanto aos objetivos, é uma pesquisa explicativa que, para os referidos autores “[...] procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 63).

Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa bibliográfica, realizada através de uma revisão narrativa da literatura, que conforme Cordeiro *et al.* (2007, p. 429 - 430) se caracteriza como aquela em que “a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva.” Para a produção do relato foi necessário buscar documentos como: editais, instrumentos de ensino e avaliação e os registros do professor. Prodanov e Freitas (2013) caracterizam uma pesquisa documental quando trata de fontes que não receberam tratamento analítico da pesquisa científica. Esses dados, ainda para os autores, foram analisados em uma abordagem qualitativa, porque interpretam os fenômenos sem quantificá-los.

Formação para a adoção de práticas de letramento inclusivo na UFCG

Anualmente, a UFCG, através da Coordenação de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Recursos Humanos (CGDP/SRH) realiza uma consulta à comunidade acadêmica para identificar as temáticas de interesse e, com bases nesses dados, são organizadas as ações formativas para o ano subsequente. Esta consulta é realizada por meio de um Formulário Google e, entre as temáticas requeridas, foi elencada a formação para uso da Libras. (UFCG, 2022a, *on-line*).

Em 2024, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da UFCG contou com um Curso de Conversação em Língua Brasileira de Sinais, divulgado pelo Edital CGDP/SRH nº 7/2024, e voltado para professores e servidores técnico-administrativos (UFCG, 2024). As aulas aconteceram *on-line* e de maneira síncrona, tendo como suporte duas plataformas: uma de videoconferência, o Google Meet,

usada para as aulas e o Moodle SRH-UFCG, no qual foram disponibilizados os materiais de apoio e enviadas as atividades a serem realizadas de maneira assíncrona.

Segundo o edital, o objetivo da ação foi “[...] instruir e capacitar servidores Docentes e Técnico-administrativos com intuito de gerar novos multiplicadores do processo comunicacional entre comunidade surda e comunidade ouvinte.” (UFCG, 2024, p. 1) Logo, este objetivo alinha-se ao conceito de letramento inclusivo, pois visa promover a compreensão dos ajustes necessários para o uso de textos orais e escritos para incluir os surdos nas práticas desenvolvidas na universidade.

Os encontros formativos aconteceram entre os dias 20 de maio e 21 de junho de 2024, três vezes por semana (segundas, quartas e sextas), no horário de 14h às 16h, totalizando uma carga horária de 21 horas/aula. Para aprovação e certificação foram descritos os seguintes critérios presentes no ponto 7.1 do referido edital que diz: “A certificação somente será concedida ao participante que cumprir com assiduidade de no mínimo 75% da carga horária total da ação de capacitação e que obtiver média 7,0 (sete) na avaliação de aprendizagem.” (UFCG, 2024, p. 2). Estes critérios são utilizados para as capacitações da instituição e seguem as mesmas regras dos cursos universitários – licenciaturas e bacharelados – oferecidos por esta universidade.

As aulas foram ministradas por uma professora de Libras ouvinte que está cadastrada no Banco de Talentos da UFCG desde maio de 2022, no Edital CGDP/SRH/UFCG nº 001/2022 (UFCG, 2022b). A ministrante é formada em licenciatura plena em Letras/Libras, licenciada em educação especial (na modalidade segunda licenciatura), é especialista em Língua Brasileira de Sinais e cursa outra especialização em Educação Especial/Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado (AEE). Na UFCG, ela atua como TILSP, é coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) de um *Campus* da universidade. Diante do exposto, é possível notar que a formação básica, área de especialização e atuação possibilitam identificar os conhecimentos que precisam ser desenvolvidos pela turma, com o objetivo de superar as barreiras atitudinais e de comunicação na instituição com vistas a promover a inclusão através de práticas de letramento inclusivo.

O curso contou com a presença de um tutor, para auxiliar a professora ministrante e a sua função foi montar o *layout* do curso no Moodle SRH-UFCG. Para isso, a professora forneceu as informações, textos e atividades e o tutor realizou a inserção na referida plataforma.

As inscrições aconteceram no período de 13 a 16 de maio de 2024, através de um formulário Google, com *link* de acesso disponibilizado no Edital nº 007/2024 e compartilhado nas redes sociais da instituição, *e-mail*, entre outros. Os critérios de inscrição foram o preenchimento de todos os itens presentes no formulário, a disponibilidade de vagas, a ordem da inscrição e o perfil de participante do curso, ou seja, ser docente ou servidor técnico-administrativo da UFCG (UFCG, 2024, p.1).

Esta foi a terceira aplicação do curso ministrada pela docente, o que demonstra, conforme relatam os discentes, o interesse da comunidade acadêmica por capacitações que envolvam a Libras em função da ampliação do número de professores, servidores e discentes surdos. Nas edições anteriores, segundo os registros da docente, a maioria dos participantes compreendiam o segmento dos servidores técnico-administrativos e, na situação presente neste relato, os professores foram maioria. Das 25 inscrições, 18 eram professores e 7 servidores técnico-administrativos, o que revela o interesse dos docentes em interagir com surdos, no espaço da academia, seja com os colegas surdos ou os estudantes que, cada vez mais, ocupam vagas na universidade.

O Quadro I indica o *Campus* de lotação e o cargo ocupado.

QUADRO I – Campus de lotação e cargo dos participantes

Campus	Cargo	Quantidade de participantes na categoria	Total de participantes por campus
Cajazeiras	Docente(s)	5	5
Campina Grande	Docente(s)	4	10
	Servidor(es)	6	
Cuité	Docente(s)	3	3
Patos	Docente(s)	1	1
Sousa	Docente(s)	3	3
Sumé	Docente(s)	2	3
	Servidor(es)	1	

Fonte: Próprias autoras.

De acordo com o Quadro I, seis dos sete *Campi* da universidade contaram com participantes nesta formação, somente em Pombal não houve inscritos, o que revela crescente contato com surdos em diferentes regiões do estado da Paraíba onde estão localizados estes *Campi*. O interesse pela formação em Libras indica que os surdos estão, a cada dia, sendo reconhecidos pela sua singularidade linguística e que esta língua de sinais, conforme indica o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), e que estes partícipes da comunidade acadêmica utilizam os serviços administrativos e de ensino oferecidos pela instituição.

No entanto, pode ser observado no mesmo quadro que somente nos *Campi* de Sumé e Campina Grande tiveram inscritos do segmento servidor técnico-administrativo. Neste sentido, considerando a significativa participação deste segmento da comunidade universitária em versões anteriores da formação, é possível que a diminuição tenha ocorrido em função de já terem vivenciado esta experiência de aprendizagem.

Um destes participantes foi uma professora surda que ministra a disciplina de Libras na instituição. Sua participação foi de suma importância, ao interagir com os discentes, possibilitou uma nova perspectiva de uso da língua com um sinalizante surdo e permitiu, para muitos, a primeira

experiência de contato desses participantes, em Libras (durante as aulas em vídeo) e em Língua Portuguesa escrita (nas interações no chat do Google Meet), com uma pessoa surda. Estes momentos possibilitaram a vivência dos conhecimentos teóricos trabalhados no curso - tais como a Libras, o surdo, sua cultura e uso da Língua Portuguesa escrita do surdo – e, certamente, contribuíram para a compreensão da relevância destes saberes para o atendimento, para o ensino e para a inclusão do surdo nas atividades da universidade.

Destes, 21 participantes concluíram o curso, sendo 16 professores e 5 servidores técnico-administrativos. As desistências, de acordo com os participantes, ocorreram devido a impossibilidade de administrar a participação no curso e outras demandas requeridas em função dos cargos que ocupam na universidade ou de situações pessoais irremediáveis.

Para a realização da formação, foram planejados conteúdos teóricos e práticos. A teoria visou favorecer o entendimento da pessoa surda e a prática buscou proporcionar o aprendizado de sinais utilizados no cotidiano para que o participante pudesse realizar cumprimentos, saber informações básicas sobre o interlocutor e desenvolver uma comunicação inicial que promovesse o acolhimento do surdo durante o atendimento ou a aula. É relevante ressaltar que, devido a carga horária do curso, a formação busca aproximar surdos e ouvintes, embora, mesmo após a formação, a presença do TILSP na mediação linguística de aulas, reivindicações, esclarecimentos entre outras ações comunicativas de maior complexidade são indispensáveis para garantir o direito do surdo de acesso às informações.

Nesse sentido, Quadros (2004) indica que, além de saber Libras, o TILSP precisa de conhecimentos técnicos e preceitos éticos para desenvolver a sua função. Essas informações são retomadas na Lei 12.319/2010 (Brasil, 2010), que reconhece a profissão de TILSP e elenca as seguintes formações para a profissionalização: a nível médio, em curso de educação profissional técnica voltado para a tradução e interpretação da Libras; a nível superior, em curso de bacharelado em tradução entre o par linguístico Libras/Português, curso de Letras com habilitação na tradução e interpretação neste par linguístico ou em Letras Libras. Há ainda a possibilidade de pessoas com outras áreas de formação atuarem como TILSP, desde que tenham cursos de extensão, formação continuada e/ou especialização na área, com carga horária de 360h ou mais e aprovados em exame de proficiência em Libras (Brasil, 2010). Diante destas informações, o curso oferecido não se enquadra na formação de TILSP, mas no uso e difusão da Libras previsto na Lei nº 10.436/2002 que reconhece esta língua no Brasil (Brasil, 2002).

Além dos sinais, foram discutidas estratégias de comunicação, tais como: a valorização dos aspectos visuais do sujeito surdo, a exemplo do uso de imagens, fotos, a conversação frente a frente à pessoa surda, falar pausadamente para favorecer a interpretação, o uso das expressões faciais e

corporais, acenos naturais, a escrita em português com frases curtas e uso de vocabulário de uso corrente, entre outros.

A formação envolveu atividades síncronas (aulas) e assíncronas (leituras e atividades). As aulas se desenvolveram por meio de exposições dialogadas, com o uso de recursos como apresentações de slides no aplicativo *PowerPoint* (ppt.), leituras de textos em formato *Portable Document Format* (pdf.) e discussão de vídeos disponíveis na plataforma Youtube.com, conforme descrito no Quadro 2.

QUADRO 2 – Organização didática das aulas desenvolvidas em 2024

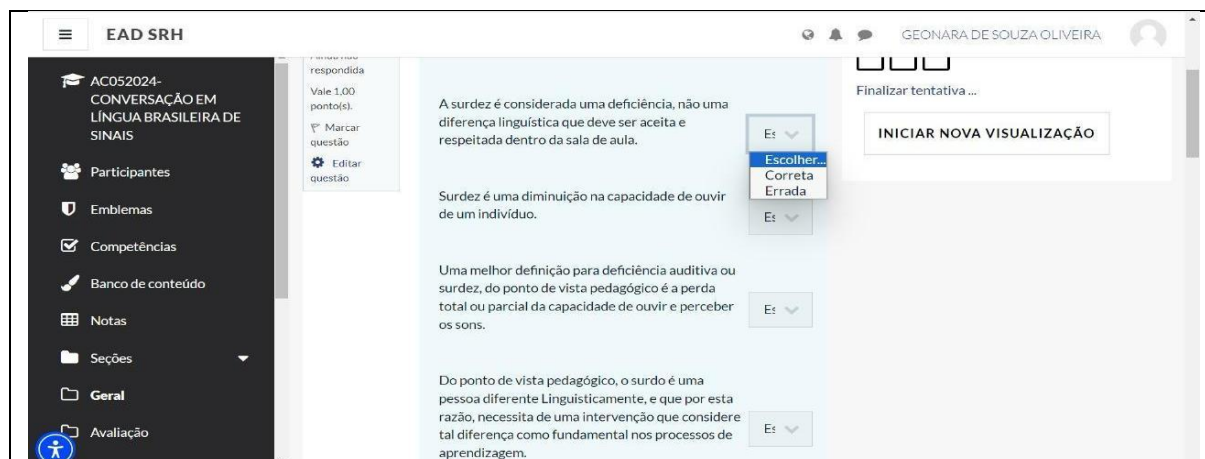
Data	Conteúdo	Carga horária	Atividade desenvolvida	Recursos didáticos
20/05	História dos Surdos e as Abordagens Educacionais	2h	Aula expositiva dialogada	Google meet e power point
22/05	Alfabeto manual, números e saudações	2h	Aula prática	Google meet e power point
24/05	Assíncrona	2h	Questionário sobre os assuntos abordados	Moodle SRH/UFCG
27/05	Deficiência auditiva ou surdez?	2h	Aula expositiva dialogada	Google meet e power point
29/05	Sinais do contexto escolar/universitário	2h	Aula prática	Google meet e power point
31/05	Assíncrona: assuntos sobre interpretação de texto/sinais Libras	2h	Questões de múltipla escolha que relacionam a imagem do sinal e a foto ou tradução.	Moodle SRH/UFCG
03/06	Artefatos identitários e culturais do povo surdo.	2h	Aula expositiva dialogada	Google meet e power point
05/06	Advérbio de tempo e pronomes	2h	Aula prática	Google meet e power point
07/06	Assíncrona	2h	Atividades em jogos didáticos sobre Libras	Plataforma wordwall
10/06	Tenho um discente surdo em minha sala e agora? Estratégias e possibilidades	2h	Aula expositiva dialogada	Google meet e power point
14/06	Encerramento	1h	Feedback do curso	Google meet

Fonte: Próprias autoras.

O trabalho com os conteúdos teóricos abordados, nas aulas 20, 24 e 27 de maio e 03 e 10 de junho, tiveram como finalidade discutir: ações para a compreensão da pessoa surda; para a reflexão sobre o processo que gerou a construção social de mitos sobre o surdo e a Libras a fim de superá-los; a cultura e identidade surda; e as orientações para uso da Libras e outros recursos em sala de aula. Esses conteúdos foram selecionados com o intuito de superar as barreiras atitudinais - relatadas na Lei nº 13.145/2015 (Brasil, 2015) por meio de orientações que resultassem em práticas de letramento

inclusivo. As atividades foram disponibilizadas na Plataforma Moodle questões que abordavam o tema. A Figura 1 apresenta um exemplo de atividade referente ao conteúdo teórico.

FIGURA 1 – Atividade de questionário sobre o conteúdo teórico



Fonte: Acervo das autoras.

Essa atividade teve como objetivo a reflexão sobre o conteúdo a partir de questionamentos que levassem os participantes a revisitar a bibliografia recomendada e ampliar os conhecimentos em momentos assíncronos. Assim, o momento do dia destinado a esta atividade era de escolha do participante, o que permitiu flexibilidade e adequação ao seu tempo.

As aulas destinadas ao ensino da Libras, nas interações com surdos, tiveram como enfoque a remoção de barreiras na comunicação e informação (descritas na Lei nº 13.146/2015). Estes momentos didáticos tiveram o objetivo de promover o uso desta língua de sinais para que a universidade se tornasse um local acolhedor para o surdo, conforme disposto na Lei nº 10.436/2002: “Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.” (Brasil, 2002, p. 1). A Figura 2 traz um exemplo de atividade postada na Plataforma Moodle que abordou o conteúdo prático.

FIGURA 2 – Atividade postada na Plataforma Moodle sobre o alfabeto manual



Fonte: Acervo das autoras.

A Figura 2 traz uma atividade referente ao uso do alfabeto manual, que compreende a representação das letras do alfabeto por formas da mão convencionadas pelos surdos. A referida atividade buscou associar os questionamentos em alfabeto manual à sua tradução em português.

Na aula do dia 10 de maio, houve uma rememoração dos conhecimentos construídos no decorrer do curso, seguido de uma discussão sobre as modificações necessárias para superar as barreiras à aprendizagem do surdo em sala de aula. Para isso, a professora do curso organizou as atividades realizadas a partir da seguinte inquietação: Tenho um discente surdo em minha sala. E agora?: Estratégias e possibilidades. Esta proposta surgiu da percepção de que muitos dos docentes que participavam da formação não tinham participado anteriormente de atividades educacionais que envolveram discussões sobre a pessoa surda e a Libras.

A formação inicial – graduação - dos participantes que se inscreveram neste curso deve ter ocorrido antes da implementação dos dispositivos da Lei da Libras nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) que assegura o ensino de Libras na formação de professores, nos cursos de educação especial e de fonoaudiologia. Já o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), que regulamenta a lei supracitada, no Capítulo II, discorre exclusivamente sobre a Libras como componente curricular, ao dizer que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de

Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (Brasil, 2005, p. 1).

Diante disso, eles se inscreveram no curso para minimizar esta lacuna na formação inicial e proporcionar, quando tivessem discentes surdos em suas aulas, atividades que favorecessem a inclusão e o acolhimento destes estudantes.

Em função de ter sido trabalhado em aulas anteriores e lembrado na referida data, o foco da aula passou dos aspectos que envolvem a pessoa surda e a sua língua para as ferramentas e os procedimentos didáticos que devem ser utilizados pelos professores ouvintes quando recebem estudantes em turmas inclusivas. As ferramentas apresentadas buscam discutir recursos que valorizam a experiência visual do surdo, ou seja, que a linguagem principal do recurso didático utilizado para a mediação do conhecimento era a imagem estática ou em movimento.

Entre as ferramentas específicas para o surdo é possível citar: o aplicativo de tradução entre o par linguístico Libras/Língua Portuguesa Hand Talk, disponível para computador, tablet e smartphone, e que deve ser utilizado somente em situações pontuais e emergenciais que o TILSP esteja indisponível; as legendas, sejam aquelas ativadas automaticamente ou a seleção de materiais previamente legendados; a tradução audiovisual (conhecida como janelas de interpretação) presentes em alguns filmes, palestras, shows etc. Tratam-se, portanto, de artefatos materiais que integram a cultura surda, como indica Strobel (2008) em seus estudos.

Foram apresentados também alguns aplicativos criados sem a intencionalidade de serem acessíveis, mas que a sua composição favorece o aprendizado de surdos e ouvintes, são eles: O Prezi, o Canva e o Wordwall. O Prezi, que é uma ferramenta utilizada para a criação de slides que têm grande impacto visual. O Canva é uma ferramenta *on-line* que tem a missão de garantir que qualquer pessoa possa criar *designs* gráficos, como: posts para redes sociais, apresentações, cartazes, vídeos para publicar em qualquer lugar. O Wordwall é uma plataforma de jogos interativos digitais que permite a produção de uma diversidade de *quizzes*, jogos da memória, entre outros. Nela, é possível encontrar vários jogos em Libras e em diversas áreas pedagógicas. Na Figura 3, há o exemplo de uma atividade desenvolvida no Wordwall que foi utilizada para o ensino da Libras durante o curso e que pode ser adaptada pelos professores para trabalhar outros conteúdos.

FIGURA 3 – Atividade criada no Wordwall para ensino de Libras



Fonte: Acervo das autoras.

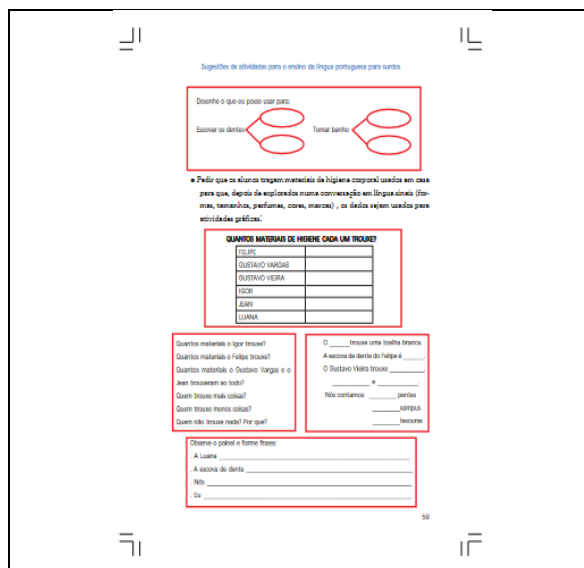
Na ocasião, foram trabalhados alguns procedimentos didáticos que podem ser utilizados no ensino mediado pela Libras e pela língua portuguesa na modalidade escrita e como segunda língua para surdos. Entre os recursos apresentados estavam livros didáticos “Em mãos: português como segunda língua para surdos” (Camozzato, 2017) que traz exemplos de atividades que podem inspirar os professores a adaptarem os seus materiais e “Idéias para ensinar português para alunos surdos” (Quadros; Schmiedt, 2006), que é dividido em duas partes: a primeira discute as características de uso do português pelo surdo e o segundo momento é dedicado a exemplos de atividades.

FIGURA 4 – Atividade para oralidade



Fonte: Camozzato, 2017, p. 49.

FIGURA 5 – Atividade para escrita do português



Fonte: Quadros e Schmiedt, 2006, p. 59.

A Figura 4 traz um exemplo de atividade de discussão cujo texto norteador é uma história em quadrinhos sem a presença de balões que indicam a fala oral. Além disso, as frases em português são curtas, o que favorece a leitura de um usuário de português como segunda língua como o surdo. A Figura 5 indica um exemplo de atividade mediada pelo português e, na referida página do livro, há três tipos de trabalho com o texto: frases para serem completadas com uma palavra, quadros para completar informações e texto lacunado. Deste modo, o docente que participa do curso pode realizar adaptações nas suas atividades para que o surdo possa realizá-las com autonomia.

Nesta oportunidade também foi possível discutir a diferença do papel do professor da sala inclusiva e do TILSP no processo de educação de surdos, de maneira que os docentes possam contribuir com o trabalho desse educador e saibam as funções que envolvem a sua atuação. Esta ação foi relevante porque, segundo Quadros (2004, p. 24 – 25):

O professor tem o papel fundamental associado ao ensino e, portanto, completamente inserido no processo interativo social, cultural e lingüístico. O intérprete, por outro lado, é o mediador entre pessoas que não dominam a mesma língua abstendo-se, na medida do possível, de interferir no processo comunicativo.

A avaliação do curso foi realizada através do registro da professora da participação dos discentes em aula, das atividades desenvolvidas de maneira assíncrona e, ao final do curso, foi solicitado um vídeo realizado em Libras. Os discentes deveriam gravar um vídeo de apresentação, constando os seguintes sinais: um cumprimento (como oi, olá, bom dia/boa tarde/boa noite, tudo bem?), o nome usando o alfabeto manual, o sinal (para os que já tinham o sinal pessoal que é o seu nome em Libras) e a profissão. Esses registros foram transformados em notas e aprovados aqueles que obtiveram 70% de presença nas aulas e atividades e média 7,0.

Ao analisar o envolvimento dos participantes nas atividades propostas, foi possível perceber que os discentes concluíram o curso com uma bagagem significativa sobre a Língua de sinais e a pessoa surda. Deste modo, os objetivos foram alcançados no que diz respeito à internalização de noções dessa língua e o conhecimento prévio desse público. No entanto, é preciso destacar a necessidade de ampliar os momentos de discussão da temática em um processo de formação continuada e contínua.

Considerações finais

O relato referente à terceira aplicação do curso de Libras pelas suas discussões, demonstra o interesse da comunidade acadêmica por capacitações que envolvam a Libras em função da ampliação do número de professores, servidores e discentes surdos. Desse modo, os objetivos desta formação foram alcançados, uma vez que foi possível observar a internalização de noções da Libras e o conhecimento sobre o surdo desenvolvido nas atividades propostas pela docente. Nesse sentido, a

pesquisa bibliográfica, documental e apresentação dos recursos metodológicos utilizados pela professora ministrante foram basilares na coleta e análise dos dados necessários à compreensão da dinâmica das atividades desenvolvidas junto à comunidade acadêmica para o aprendizado da Libras.

As reflexões oriundas da análise do relato permitiram inferir também que, a oferta do curso pelo formato *on-line* viabilizou a participação de professores e servidores de diversos *campus* da instituição nas aulas síncronas; a flexibilidade do tempo para o desenvolvimento das atividades assíncronas; o uso de plataformas, a exemplo do Wordwall, que permite o trabalho com os conteúdos por meio de jogos criados pelo professor, de acordo com as necessidades da turma, e disponibilizados na *internet*.

Todavia, ao reunir as avaliações dos discentes cursistas há pontos que necessitam ser repensados e discutidos pela Coordenação de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, devido o curso contar com uma carga horária de 21h/a, configurando-se apenas como um momento de construção de conhecimentos elementares sobre o surdo e a Libras e, neste sentido, precisa de outras ações que, continuamente, ampliem e relembrem os assuntos estudados. Por fim, almejamos que este curso de extensão em Libras continue sendo oferecido, bem como seja contemplado por outras universidades federais também, pois em um país diverso e multicultural, estudar Libras é uma ação necessária para uma educação inclusiva.

Diante do exposto, a experiência foi valiosa tendo em vista que, ao passo que possibilitou a professora repensar os procedimentos e recursos didáticos utilizados no curso através da análise da participação dos inscritos e das dúvidas levantadas por eles.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura [MEC]. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. MEC, Brasília, DF, Brasil, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.319**, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 21 jul. 2024.

BATISTA-JÚNIOR, J. R. L. **Os discursos docentes sobre inclusão de alunas e alunos surdos no ensino regular**: identidades e letramentos. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CAMOZZATO, Donatella et al. **Em mãos, Português como segunda língua**: Para surdos. Porto Alegre: Pacartes, 2017. Disponível em: <https://faders.rs.gov.br/cartilha-em-maos-portugues-como-segunda-lingua> Acesso em: 20 jul. 2024.

CORDEIRO, A. M. et al.; Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Comunicação científica**. v. 34, nº 6, nov./dez. p. 428 – 431, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwcmV6Gf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 jul. 2024.

FORTUNATO, I. O relato de experiência como método de pesquisa educacional. In: FORTUNATO, I; SHIGUNOV NETO, A. (org.). **Método(s) de Pesquisa em Educação**. São Paulo: Edições Hipótese, 2018. p. 37 – 50.

KLEIMAN, A. B. **É preciso ensinar o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever? [s. l.]: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.

PERLIN, G.; MIRANDA, W. Surdos: o narrar e a política. **Ponto de Vista**. n. 5, p. 217 – 226, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/download/1282/4249/15462> Acesso em: 20 jul. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. **Ideias para ensinar português para surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SANTOS, M. P. dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. **Revista Movimento**: Revista da Faculdade de Educação da UFF, n. 7, p. 78-91, maio de 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32468> Acesso em 21 jul. 2024.

SKLIAR, C. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **UFCG faz levantamento de necessidades para o Plano de Desenvolvimento de Pessoas**. LND: 2023. 22 de julho de 2022a. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/ultimas-noticias/3675-ufcg-faz-levantamento-de-necessidades-para-o-plano-de-desenvolvimento-de-pessoas.html> Acesso em: 20 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Edital CGDP/SRH/UFCG nº 001/2022**, de 4 de maio de 2022b. Disponível em: <https://srh.ufcg.edu.br/phocadownload/userupload/2022/comunicados2022/Edital%20de%20credenciamento%20de%20instructor%20MAI%202022.pdf> Acesso em: 20 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Edital CGDP/SRH nº 007/2024**, de 13 de maio de 2024. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/ultimas-noticias/5163-ufcg-abre-curso-de-conversacao-em-libras-para-servidores.html> Acesso em: 21 jul. 2024.

Recebido: 03/09/2024
Aceito: 12/03/2025

Received: 09/03/2024
Accepted: 03/12/2025

Recibido: 03/09/2024
Aceptado: 12/03/2025

